



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ANEXO II**  
**TERMO DE ADESÃO**

Termo de Adesão do Ministério Público Militar ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria-Geral da República, e a Escola Superior do Ministério Público da União, visando à conjugação de esforços para a execução do projeto “**Respeito e Diversidade**”.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**, doravante denominado **MPM**, inscrito no CNPJ nº 269.897.15/0004-55, sediado no Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, Brasília/DF, CEP 70.800-400, neste ato representado por seu **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR ANTÔNIO PEREIRA DUARTE**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria PGR/MPU nº 82, de 27 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 30/03/2020, o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, doravante denominado **CNMP**, inscrito no CNPJ nº 11.439.520/0001-11, sediado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2, Lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, CEP 70070-600, neste ato representado por seu **PRESIDENTE, O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, EXMO. SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 130-A, inciso I, da Constituição da República e 12, inciso XXIV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, doravante denominado **MPF**, inscrito no CNPJ nº 26.989.715/0052-52, por meio da **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**, doravante denominada **PGR**, sediada no SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Bloco A,

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Brasília/DF, CEP 70050-900, neste ato representada pelo **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**, acima qualificado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 128, § 2º, da Constituição da República de 1988, e a **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**, doravante denominada **ESMPU**, inscrita no CNPJ nº 03920829/0001-09, sediada na Avenida L-2 Sul, Quadra 603, Lote 22, Brasília/DF, CEP 70200-630, neste ato representada por seu **DIRETOR-GERAL, O SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA PAULO GUSTAVO GONET BRANCO**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 146, de 16 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 20/12/2019, celebram o presente **TERMO DE ADESÃO** ao **ACORDO DE COOPERAÇÃO** firmado entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria-Geral da República, e a Escola Superior do Ministério Público da União, visando à conjugação de esforços para a execução do projeto **“Respeito e Diversidade”**.

### **Cláusula Primeira**

#### **Do Objeto**

1.1. Este TERMO tem por objeto a Adesão ao Acordo de Cooperação firmado entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria-Geral da República, e a Escola Superior do Ministério Público da União, em 24 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, edição de 25 de novembro de 2020, visando à conjugação de esforços para a execução do projeto **“Respeito e Diversidade”**.

### **Cláusula Segunda**

#### **Das Obrigações**

2.1. Obrigam-se as partes do presente TERMO a promover ações de

interesse comum que visem ao cumprimento do Acordo de Cooperação.

### **Cláusula Terceira**

#### **Da Execução e do Acompanhamento**

3.1. O MPM, quando couber, participará da execução das atividades vinculadas ao Acordo de Cooperação e se responsabilizará pelo acompanhamento e fiscalização da execução dessas, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

3.2. No prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da vigência do presente TERMO, o MPM indicará um representante para atuar como interlocutor nas ações dele decorrentes.

### **Cláusula Quarta**

#### **Dos Recursos**

4.1. O presente TERMO não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

4.2. As despesas necessárias à consecução do objeto acordado serão de responsabilidade de cada partícipe no âmbito de sua atuação.

### **Cláusula Quinta**

#### **Da Vigência**

5.1. O presente TERMO vigorará a partir da publicação, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, do respectivo extrato no Diário Oficial da União, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, respeitado o prazo estabelecido na Cláusula Sétima do Acordo de Cooperação.

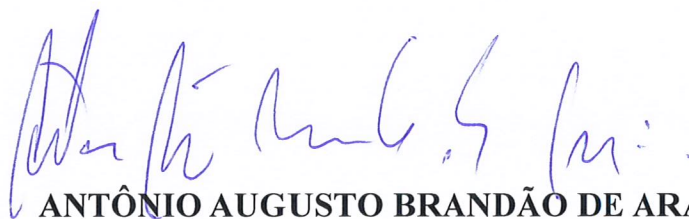
**Cláusula Sexta**

Da Denúncia ou Rescisão

6.1. Este TERMO poderá ser denunciado ou rescindido por iniciativa de qualquer um dos partícipes, a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

E assim, por estarem de pleno acordo, assinam os respectivos representantes, em 3 (três) vias.

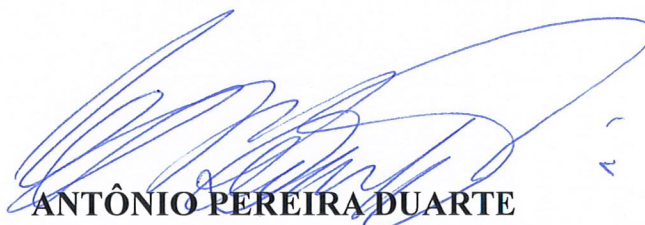
Brasília/DF, 10 de dezembro de 2020.



**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**  
Procurador-Geral da República  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



**PAULO GUSTAVO GONET BRANCO**  
Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União



**ANTÔNIO PEREIRA DUARTE**  
Procurador-Geral de Justiça Militar